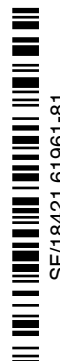




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Relatório de Viagem
Senador Hélio José
Visita oficial ao Catar,
a convite do Governo do Catar
(Período: 15 a 21/11/2017)



SF/18421.61961-81

Entre os dias 15 a 21 de novembro de 2017, estive em Missão ao Catar, a convite do Governo do Catar, conforme Requerimento nº 952/2017, aprovado na Sessão Plenária do dia 7 de novembro de 2017.

A chegada ao Catar, na península do golfo Pérsico – Oriente Médio, se deu no dia 15 de novembro, às 23h55, num Vôo de pouco mais de 20 horas de viagem, a partir de São Paulo. Estavam no aeroporto à minha espera o senhor Sallim Almari, Acompanhante de Protocolo designado pelo governo do Catar, e o senhor Filipe Mallet, Conselheiro da Embaixada do Brasil em Doha.

Brasil e Catar têm relações diplomáticas oficiais desde 1974, quando o Catar demonstrou crescente interesse em aprofundar vínculos com o Brasil e a Embaixada do Brasil em Doha se estabeleceu em 2005. O Catar é importante parceiro comercial do Brasil. Sua economia é extremamente dependente do petróleo e gás natural, que representam mais de 70% do rendimento total do governo, mais de 60% produto interno bruto, e aproximadamente 85% do saldo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

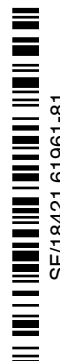
total de exportação do país. O Catar tem o objetivo de diversificar a economia e modernizar o país.

No dia 16 de novembro iniciaram-se as agendas oficiais da viagem, com encontro com o Ministro de Estado de Negócios Estrangeiros, Embaixador Soltan Al Muraikhi, que agradeceu o apoio dado pelo parlamento brasileiro ao Catar, especialmente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, no que se refere à crise diplomática ora em curso.

No dia 17 estivemos nas instalações da Rede de Televisão Al-Jazeera, onde dei entrevista ao programa “NewsGrid”, sobre as reformas econômicas no Brasil, a conjuntura política e as eleições de 2018.

Em seguida houve uma visita ao Bazar Souq, um grande mercado de produtos locais e excelentes restaurantes, e ao Museu de Arte Islâmica, um maravilhoso edifício que mescla a arquitetura tradicional islâmica com arquitetura moderna, e apresenta objetos de arte das diversas regiões islâmicas.

No dia 18 houve um encontro com o Subsecretário de Serviços Gerais do Ministério das Municipalidades e Meio Ambiente, Xeique Faleh Al-Thani. O encontro foi na Estação Modelo de Tratamento de Lixo, na cidade de Mesaieed, ao sul de Doha. Na ocasião, Xeique Faleh apresentou o sistema de recolhimento e tratamento de resíduos sólidos cuja queima produz geração de energia elétrica.



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Em seguida estive com o Diretor do Departamento de Assuntos de Energia do ministério da Energia e Indústria, Xeiue Mishall Al-Thani, e com executivos da empresa pública de distribuição de energia e água, a Kahramaa. Nesse encontro houve uma apresentação sobre a matriz energética catari, que é baseada na queima de hidrocarbonetos, mas mostraram que há planos do governo local para o incremento da utilização de fontes renováveis de energia como a eólica e solar. Nesse encontro pude apresentar a constituição da matriz energética brasileira, discorri sobre o Sistema Interligado Nacional – SIN, e demonstrei haver concretas oportunidades de cooperação entre empresas brasileiras de geração de energias alternativas e a Kahramaa.

No dia 19 estivemos em visita ao “Supreme Committee for Delivery and Legacy”, órgão governamental responsável por gerenciar as obras de infraestrutura da Copa do Mundo de 2022. Após conhecer o cronograma proposto para as obras da Copa do Catar, pude apresentar a eles os desafios encontrados pelo Brasil para sediar a Copa de 2014. Esclareci que os principais impactos da experiência internacional da realização desses grandes eventos esportivos foram a ampliação dos setores de serviços como hotelaria, turismo, investimentos externos decorrentes da exposição internacional do país. Evidentemente todos esses fatores dependeram de aspectos estruturais da economia, infraestrutura e política do País. No caso brasileiro o enfrentamento dos diversos e imensos desafios para a Copa



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

do Mundo FIFA 2014 envolveram esforços de diferentes instâncias do Estado brasileiro, que resumi sob os tópicos de 1) gastos, 2) desafios gerenciais, 3) escolha das cidades, 4) aspectos legais, 5) construção e reforma de estádios, 6) mobilidade e intervenções urbanas, e 7) turismo.

1) Desafios referentes aos gastos: No que concerne aos gastos referentes à organização da competição, “De acordo com o Portal da Transparência do governo federal, a copa custou aos cofres públicos R\$ 27.42 bi (USD 13.89 bi) a maioria em fundos públicos e cerca de 500% a mais do que a previsão inicial realizada pelo governo, de R\$ 5,6 bi. O Ministério dos Esportes, que divulgou os dados, trabalha com duas categorias “(1) Entregue para operação: referem-se a projetos/ações que tiveram seu ‘Escopo Copa’ entregue para a operação durante o evento; (2) Em andamento: referem-se a projetos com escopos não críticos para a realização da Copa 2014 que serão entregues posteriormente ao evento”. O que significa dizer que os aparelhos (vias, aeroportos, BRTs, VLTs etc) estiveram (alguns ainda estão) em operação, mas muitos deles não necessariamente com obras terminadas.¹

A dimensão dos valores envolvidos permite perceber a grandeza do desafio enfrentado pelo País quando assumiu o compromisso com a FIFA e a comunidade internacional. Em se tratando de um contexto político e econômico claramente desfavorável, foi

¹ PAULA, Marilene de. A Copa do Mundo de 2014: legados e desafios. Solidar, Switzerland. Rio de Janeiro, mai. 2015.



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

necessário um significativo esforço de negociação com os diversos atores envolvidos e com muitos segmentos sociais de alguma forma afetados pela decisão.

2) Desafios gerenciais: Para a realização da Copa do Mundo, foi necessário organizar uma estrutura extremamente complexa, envolvendo as esferas participantes: foram 29 órgãos do governo federal envolvidos, 90 órgãos públicos locais e 2.200 gestores públicos e privados, participando, ao todo, de 277 reuniões de alinhamento e ajustes dos planos operacionais.

Dessa forma, o primeiro e um dos principais desafios para a realização da Copa do Mundo consistiu em montar uma estrutura gerencial complexa, reunindo profissionais de elevada competência em diversos setores, oriundos principalmente do setor público. Dessa forma, a equipe gestora contou com profissionais dos municípios envolvidos, dos estados, do Distrito Federal e do Governo Federal.

Assim, estabeleceu-se um modelo que foi denominado governança compartilhada, sob a direção geral do Comitê Organizador Local da FIFA (COL/FIFA). O compartilhamento do trabalho gerencial e a construção de sinergias no enfrentamento dos desafios representou um ganho de capacidade de gestão que se refletiu na organização, pelo Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016.

3) Escolha das cidades: A FIFA divulgou em 2009 a lista das 12 cidades-sede para a Copa do Mundo de Futebol



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

2014. A escolha das cidades, em um país como o Brasil, apresenta diversas complexidades. Além da distribuição geográfica, procurando representar o conjunto da sociedade brasileira e a diversidade geográfica do País, foram usados critérios referentes a aspectos como infraestrutura (aeroportos e transporte urbano), logística, segurança, opções de lazer, estádios e rede hoteleira.

Aspecto importante a considerar é o fato de que, para a escolha, são necessários projetos em diversas áreas, envolvendo um número muito expressivo de órgãos e autoridades em cada localidade. Trata-se de uma negociação complexa, fundamentada em um conjunto de instrumentos jurídicos e normativos, estabelecendo a distribuição de responsabilidades e dos custos delas decorrentes.

4) Aspectos legais: Para que o País se ajustasse às exigências da FIFA, foi necessário realizar uma série de modificações no campo da legislação brasileira, envolvendo aspectos relativos ao funcionamento dos estádios, direito do uso da marca FIFA e no campo da legislação fiscal e tributária, entre outros aspectos.

As principais alterações legais foram feitas por meio da edição da Lei nº 12.663, de 2012, conhecida como Lei Geral da Copa.

As obrigações foram assumidas pelo Brasil quando assinou o Caderno de Encargos, termo em que o país que pretende hospedar a competição se compromete



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

com as normas estabelecidas pela FIFA. O Brasil assumia o compromisso com a garantia da concessão de vistos de entrada e permanência sem restrição aos funcionários, parceiros e clientes da Fifa e outros indicados pela entidade, e garantia também

Todas as providências necessárias no sentido do Brasil assegurar indenização à FIFA e seus representantes, empregados e consultores, bem como defendê-los e colocá-los a salvo de todos os custos com processos, reivindicações e custos afins (inclusive honorários advocatícios), que possam ser incorridos ou sofridos ou ameaçados por outros contra a FIFA.

Pelo documento, o Brasil garantia, também, proteção à Fifa e seus patrocinadores de exploração de direitos comerciais exclusivos de suas marcas, com estabelecimento de áreas de restrição e de acesso, sem concorrência.

No que concerne, especificamente, ao tema tributário, podemos destacar os seguintes aspectos:

a) taxas e impostos alfandegários: isenções de impostos e outros encargos de importação e exportação para bens e mercadorias relacionados com as atividades das competições, incluindo equipamento técnico pertencente às seleções de cada país e às redes jornalísticas de comunicação, bem como equipamentos para



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

escritórios, para cuidados médicos das equipes e para marketing esportivo, entre outras atividades.

b) isenção tributária: isenção de taxas, impostos ou tributos concedida a estrangeiros para o exercício de atividades relacionadas às competições e desempenhadas pela FIFA, entidades associadas, times, equipes de arbitragem, redes jornalísticas de comunicação e comercialização de ingressos, entre outras.

O mencionado acordo estabelece, também, isenção geral referente a quaisquer taxas, impostos ou outros tributos locais, estaduais ou federais, para a FIFA e seus parceiros.

Outra alteração na legislação brasileira que gerou grande repercussão foi a liberação de bebidas alcoólicas nos estádios no período da realização da Copa. A lei que rege o assunto, denominada Estatuto de Defesa do Torcedor, proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos locais de jogos (art. 13-A, II).

Em se tratando de temas atinentes às competências legislativas do Congresso Nacional, foi necessário um esforço de articulação política para que as alterações na legislação vigente fossem realizadas a contento e nos prazos estabelecidos.

5) Construção e Reforma de Estádios: Dos doze estádios utilizados na Copa do Mundo de 2014, três são privados (Arena Corinthians/SP, Beira-Rio/RS e Arena da



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Baixada/PR). Os outros nove estádios pertencem aos respectivos governos estaduais.

À exceção do Estádio Nacional de Brasília/DF, todos os estádios contaram com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O estádio do Distrito Federal foi totalmente construído com verbas da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Em todos os casos, o custo final de construção do estádio superou a estimativa inicial. Isso representou um maior investimento de dinheiro público para a conclusão das arenas, para que a realização do torneio não fosse prejudicada.

Somadas, as doze arenas custaram R\$ 8,4 bilhões de reais. O estádio mais caro foi o de Brasília, que custou R\$ 1,4 bilhão. Esse, aliás, foi o segundo estádio mais caro do mundo em custo total², perdendo apenas para o estádio de Wembley, na Inglaterra.

Um grande problema relacionado à construção dos estádios e seu custo é conseguir dar-lhes uma destinação adequada após o evento. Estádios como o de Brasília, o de Cuiabá e o de Manaus possuem um alto custo de manutenção e não contam com a realização frequente de jogos, o que os torna deficitários.

Esse não é um problema enfrentado somente pelo Brasil. Na África do Sul, por exemplo, o governo chegou a

² <https://exame.abril.com.br/brasil/mane-garrincha-e-3o-estadio-mais-caro-do-mundo-veja-ranking/>



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

cogitar a demolição de alguns estádios, devido ao seu alto custo de manutenção e pouca utilização após o evento.

Assim, considera-se de grande relevância que, na construção dos estádios, leve-se em conta sua destinação após a realização da Copa do Mundo. Arenas multiuso têm sido uma boa solução para esses casos, por poderem receber eventos como grandes shows ou competições de outras modalidades esportivas.

6) Mobilidade e intervenções urbanas

À época do planejamento das linhas gerais das ações de preparação do País para a Copa de 2014, identificou-se a necessidade de construir mais de 402 quilômetros de linhas metroviárias nas cidades-sede. Para que os turistas pudessem atravessar áreas urbanas em situação de mobilidade deficiente, calculou-se que seria necessário construir 191 quilômetros de corredores exclusivos para ônibus nas cidades-sede.

Para a efetivação dessas medidas, seria necessário um investimento de aproximadamente R\$ 34,5 bilhões só em projetos de intervenção urbana.

No que concerne aos terminais aeroportuários, além das questões próprias da aviação, havia enormes desafios referentes à chegada e saída em um contexto caótico do trânsito das cidades.

No campo da infraestrutura urbana, muitas outras questões apontavam obstáculos à realização da Copa do



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

Mundo no Brasil, como os aspectos de saneamento (água, esgoto, drenagem de águas pluviais, tratamento e recolhimento de resíduos sólidos).

7) Turismo: Estimou-se em 500 mil o número de turistas internacionais que ingressaram no País no período da Copa do Mundo de 2014 e permaneceram entre 60 e 90 dias. O desafio consistia, então, em fidelizar parte significativa desse contingente de turistas, que passaria a contribuir com a divulgação do chamado Destino Brasil. Para a realização das adequações necessárias na rede hoteleira, realizaram-se entendimentos com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), da Confederação Nacional do Turismo (CNTur) e da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas (ABREMAR).

Segundo especialistas na área, o Brasil possuía, à época da realização da Copa do Mundo Fifa 2014, aproximadamente 300 mil unidades habitacionais nas regiões das 12 cidades-sede, número considerado compatível com o evento a ser realizado. Situações específicas, como a cidade de Cuiabá, que apresentavam *déficit*, foram objeto de soluções pontuais.

Com essa apresentação forneci aos organizadores da Copa naquele país uma noção das dificuldades com as quais o Brasil se deparou quando assumiu o compromisso de realização da Copa do Mundo FIFA 2014, deixando a imagem de que o evento cumpriu um relevante papel ao criar oportunidade de alavancar o País no cenário mundial. Apesar dos equívocos de planejamento e da execução



SF/18421.61961-81



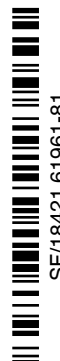
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ

incompleta de várias obras previstas, houve avanços em diversos setores, produzindo melhoria no bem-estar e na qualidade de vida dos habitantes das cidades envolvidas na competição.

No dia 20 tivemos um encontro com o CEO interino da Qatar Tourism Authority, Senhor Hassan Ibrahim. Nesse encontro pude agradecer a recente alteração do regime de vistos do Catar que, desde agosto último, passou a isentar os brasileiros com passaporte comum do visto de entrada no país (“visa wayver”). A medida contempla a permanência por trinta dias, renovável por igual período, além de permitir entradas múltiplas. Hassan Ibrahim esclareceu que a iniciativa – que abrange nacionais de diversos países -, visa um incremento no número de visitantes ao país, e esse objetivo tem sido amplamente alcançado. Relatou que até o fim de outubro 7.646 brasileiros visitaram o Catar, o maior número de turistas brasileiros desde 2012, quando esses dados passaram a ser compilados. O senhor Hassan Ibrahim aproveitou para solicitar apoio do Congresso Nacional para a adoção pelo Brasil de regime que contemple a isenção de visto de entrada para cidadãos cataris no Brasil, em reciprocidade de tratamento.

No dia seguinte, dia 21, deixei Doha pela manhã, num vôo da Qatar Airways com destino a São Paulo.

Senador **HÉLIO JOSÉ**
Brasília, 27 de novembro de 2017.



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ



SF/18421.61961-81



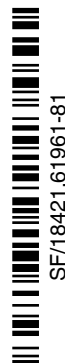
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ





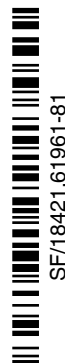
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ



SF/18421.61961-81



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador HÉLIO JOSÉ



SF/18421.61961-81